

Regulamento de Exploração do Terminal Multipurpose

CAPITULO I **DISPOSIÇÕES GERAIS**

ARTIGO 1º (Objecto do Regulamento)

- 1- O presente Regulamento de Exploração tem por objecto o estabelecimento das normas de funcionamento do Terminal Multipurpose de Sines que devem vigorar em toda a área concessionada definida no Contrato de Concessão.
- 2- Excluem-se as actividades respeitantes à movimentação dos navios, que serão da responsabilidade da Administração do Porto de Sines.
- 3- O posicionamento dos navios no cais e da competência da Sociedade Concessionária.

ARTIGO 2º (Regime de Concessao)

- 1- À Sociedade Concessionária é conferido o direito de exploração exclusiva do Terminal, em regime de serviço publico, de acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão e em conformidade com o presente Regulamento.
- 2- A Concessionária desenvolverá, de forma autónoma e independente, as actividades de comércio necessárias à venda dos seus serviços dentro dos limites fixados no Contrato de Concessão, operando o Terminal de forma regular e continua, com a maior segurança, eficiência e economia, de forma a garantir um serviço de qualidade.

ARTIGO 3º (Fiscalização)

- 1- A Administração do Porto de Sines exercerá a fiscalização da actividade portuária da Concessionária, devendo esta cumprir, nos prazos adequados que lhe forem fixados, as determinações emanadas daquela Administração.
- 2- O exercício da referida fiscalização não prejudica a que por lei competir a outros serviços do Estado.
- 3- Para efeitos de fiscalização, a Concessionária obriga-se, para além do cumprimento dos deveres que lhe incumbem e constantes do Contrato de Concessão (Cláusula XXVI), a participar imediatamente à Administração do Porto de Sines todas as reclamações escritas apresentadas pelos utentes do Terminal sobre os eventos e deficiências que ameacem ou prejudiquem a rendibilidade das operações ou a regularidade e continuidade do serviço, bem como as interrupções que se verifiquem, indicando as razões causadoras e as medidas imediatas tomadas para lhes por termo.

ARTIGO 4º (Operações portuárias)

A Sociedade Concessionária efectuará no Terminal as operações portuárias e complementares, designadamente:

- Descarga au carga das mercadorias dos navios atracados;
- estacionamento au armazenagem de mercadorias, procedentes au destinadas a navios que demandem o Terminal;
- Recepção, expedição ou entrega de mercadorias aos carregadores ou recebedores;
- Realização de todas as operações complementares, designadamente, operações de estiva, desestiva, conferencia de carga, transbordo, arrumação no cais, terraaplenos ou armazéns, formação e decomposição de unidades de carga, bem como as serviços de apoio aos navios destinados ao Terminal Multipurpose;
- Processamento da documentação regulamentar relativa ás mercadorias e a referente aos navios que não seja da responsabilidade dos Agentes de Navegação.

ARTIGO 5º

(Responsabilidades)

A Concessionária bem como as seus administradores, agentes au mandatários, respondem nos termos da lei pelos actos au omissões que dêem origem a perdas, danos, acidentes ou avarias causadas a pessoas e bens quando esses factos sejam imputaveis a inobservancia da lei, das disposições do Contrato de Concessão, deste Regulamento e ainda quando decorram de negligência no cumprimento das suas obrigações.

ARTIGO 6º

(Reparação de estragos ou avarias)

- 1- São da responsabilidade do navio ou do seu agente todas as avarias causadas nas obras, instalações e equipamentos portuarios durante as manobras de movimentação dos navios e ainda as que ocorram durante a sua permanencia no cais.
- 2- Ao causador de estragos ou avarias em bens da Administração do Porto de Sines, poderá ser facultado proceder à sua reparação sob a superintendencia daquela Administração.
- 3- Para efeitos do disposto no numero anterior, a Administração notificará o causador ou o seu representante, fixando-lhe um prazo adequado para a reparação.
- 4- Não sendo a reparação efectuada no prazo indicado será a mesma executada e debitada pela Administração do Porto de Sines ao responsável.

ARTIGO 7º

(Horario de funcionamento)

- 1- O Terminal terá um horário de funcionamento de modo que possa prestar aos utentes um serviço regular e continuo, operando, quando necessário, 24 horas por dia de segunda feira a domingo, incluindo dias feriados, com ressalva dos condicionalismos de natureza legal.
- 2- No sentido da melhor rentabilização das infra-estruturas, instalações e equipamento portuario, o horário de trabalho poderá ser flexibilizado.

- 3- O Concessionário submeterá à aprovação da Administração do Porto de Sines o horário de trabalho que melhor se adapte as solicitações requeridas ao Terminal, bem como as suas alterações, quando oportunas.

CAPITULO II NAVIOS

ARTIGO 8º

(Previsão de serviços)

- 1- Cada um dos utentes do Terminal Multipurpose de Sines informara mensalmente a Sociedade Concessionária sobre o Plano de Tráfego previsto para o mês imediato, com indicação das previsões das chegadas dos navios. No mês de Novembro cada um dos utentes enviará à Concessionária o Plano de Tráfego a movimentar no ano seguinte.
- 2- A Sociedade Concessionária enviará mensalmente ao Concedente o Plano Geral de Tráfego e a indicação das chegadas dos navios previstos para o mês imediato e, no mês de Dezembro, o Plano Geral previsto para o ano seguinte.

ARTIGO 9º

(Avisos de chegada)

- 1- Os avisos de chegada ou ETA's devem ser enviados a Administração do Porto de Sines e Concessionária pelo comandante do navio ou seu agente local, com uma antecedência de 5 dias, 48 horas e 24 horas.
- 2- No primeiro aviso de chegada devesa constar o nome do navio, dimensões principais, calado máximo, tonelagem de arqueação bruta e natureza da mercadoria a movimentar e sua distribuição por porões, bem como outras informações consideradas convenientes.
- 3- As alterações ao primeiro aviso de chegada devem ser comunicadas nos avisos seguintes.

ARTIGO 10º

(Ordem de atracação)

- 1- Os navios atracarão, em regra, pela a ordem da sua chegada, de acordo com os respectivos ATA's.
- 2- Sempre que par motivos especiais, se pretenda excepcionar a regra do numero anterior, deverão ser apresentadas razões justificativas, que serão apreciadas pela Administração do Porto de Sines que decidirá.

ARTIGO 11º

(Estacionamento de navios)

- 1- Nenhum navio poderá estacionar nos fundeadouros do Porto, atracar ou desatracar sem prévia autorização da Administração do Porto de Sines, sem prejuízo das competências de outras autoridades.
- 2- A Administração do Porto de Sinas poderá ordenar a desatracação a qualquer navio, sempre que o julgue conveniente aos interesses do Porto, designadamente por motivos de segurança, sem prejuízo das competências de outras autoridades.

ARTIGO 12º
(Aviso de navio pronto)

O aviso, por escrito, de navio pronto ou N.O.R. (notice of readiness) deve ser entregue a Concessionária durante as horas normais de expediente que o aceitará nas seguintes condições:

Possuir livre pratica;

Ter certificado de aceitação de porões passado por organismo de peritagem de navios;

Sempre que exigido pela Capitania do Porto, ter certificado passado por entidade independente de peritagem de cargas, comprovando que os valores de temperatura e percentagem de gases nos porões de carga, estão dentro dos limites de segurança;

Ter certificados de "gas-free" para navios da classe OBO.

ARTIGO 13º
(precauções a tomar pelos navios)

os navios deverão tomar todas as precauções necessárias para que na sua atracação e durante a permanência no cais não provoquem danos ou avarias nas obras, instalações e equipamentos portuários.

ARTIGO 14º
(Obrigatoriedade de boa produtividade)

- 1- A Concessionária obriga-se a que todos os navios em operação obtenham os rendimentos que se encontram fixados no presente Regulamento ou aqueles que vierem a ser estabelecidos para outros tráfegos nos protocolos a celebrar com cada um dos utentes do Terminal, com previa aprovação do Concedente.
- 2- Quando por causas imputáveis à Concessionária ou o navio não se atingir o rendimento fixado, os navios poderão ser mandados desatracar para possibilitar a atracação de outro que se encontre em fila de espera.

ARTIGO 15º
(Permanência no cais)

Os navios atracados no Terminal, só poderão permanecer no cais durante o período máximo de duas horas após a conclusão das operações, excepto quando essa permanência não afectar outros navios.

ARTIGO 16º
(Saídas)

Os navios atracados no Terminal deverão comunicar à Administração do Porto de Sines a hora de saída com uma antecedência que por esta lhe for fixada.

ARTIGO 17º
(Reparações)

Durante todo o tempo em que o navio estacionar na área portuária, atracado ou não, nenhum trabalho de reparação a bordo poderá ser efectuado sem previa aprovação da Administração do Porto de Sines.

ARTIGO 18º

(Reboques)

Para a prestação de serviços aos navios, a Administração do Porto de Sines dispõe de rebocadores obrigatoriamente utilizados nas manobras, salvo em casos especiais justificados e autorizados por aquela Administração.

ARTIGO 19º

(Pilotos)

As manobras serão executadas por pilotos nos termos da legislação em vigor.

ARTIGO 20º

(Amarrações)

As amarrações em terra serão exclusivamente executadas pelos serviços da Administração do Porto de Sines.

ARTIGO 21º

(Taxas portuárias)

A Administração do Porto de Sines cobrará aos navios que demandarem o Terminal, as taxas de estacionamento, de acostagem e outras, constantes do seu tarifário.

CAPITULO III MERCADORIAS

ARTIGO 22º

(Obrigações)

A Concessionária não poderá efectuar a movimentação de mercadorias sem que estejam cumpridas todas as obrigações legais, designadamente, as formalidades aduaneiras.

ARTIGO 23º

(Documentação)

- 1- As mercadorias para embarque, ou desembarque devem ser acompanhadas pela necessária documentação, em conformidade com a legislação em vigor.
- 2- As mercadorias poderão ser retiradas do Terminal ou devolvidas ao representante do exportador, mediante ordem emanada pela entidade emissora da documentação para embarque.

ARTIGO 24º

(Responsabilidade pelas mercadorias)

A Concessionária será responsável pelas mercadorias entregues à sua guarda, de acordo com as disposições legais aplicáveis.

ARTIGO 25º

(Equipamento)

No Terminal será utilizado equipamento próprio da Concessionária para a movimentação das mercadorias.

No caso do equipamento próprio não estar disponível, será da responsabilidade da Concessionária conseguir os meios necessários para garantir a operacionalidade do Terminal.

A Concessionária obriga-se a utilizar equipamento adequado, suficiente e operacional, em boas condições de segurança.

Os acidentes ou outras ocorrências consequentes de avaria ou mau estado do equipamento utilizado, ou do seu uso indevido, e todos os prejuízos daí decorrentes serão imputáveis à Concessionária.

A capacidade máxima de carga do equipamento e a que estiver fixada pelo fabricante, não podendo ser ultrapassada, sendo o Concessionário responsável pelas consequências causadas pela inobservância desta norma.

ARTIGO 26º

(Precauções com mercadorias)

A movimentação e o estacionamento de mercadorias perigosas, segundo a classificação IMO, como explosivos, inflamáveis, tóxicos e outros, só serão permitidos em condições estabelecidas para esse fim nos regulamentos internacionais, nacionais e internos, devendo dar-se prévio conhecimento à Administração do Porto de Sines com a necessária antecedência.

ARTIGO 27º

(Parqueamento e Armazenagem)

- 1- As mercadorias desembarcadas ou a embarcar não poderão permanecer nas zonas de trabalho, devendo ser rapidamente colocadas nas zonas de armazenagem que lhes forem destinadas.
- 2- A carga admissível sobre o cais e terraplenos não poderá exceder os limites que forem estabelecidos pela Administração do Porto de Sines, tendo em conta a natureza das estruturas.

ARTIGO 28º

(Ritmos de descarga)

- 1- A Concessionária deverá obter na descarga do carvão os seguintes ritmos médios diários:

	1ª Fase (Ton/Dia)	2ª Fase (Ton/Dia)	3ª Fase (Ton/Dia)
Navios até 40.000 DWT	20.000	20.000	20.000
Navios entre 40.000 DWT e 60.000 DWT	20.000	30.000	30.000
Navios com mais de 60.000 DWT	20.000	35.000	35.000

- 2- O tempo começará a contar imediatamente após a atracação do navio e terminará quando estiver completa a descarga.

- 3- Serão excluídas da contagem de tempo, situações não imputáveis à Concessionária, nomeadamente:
- o tempo perdido por avarias do navio ou quaisquer problemas operacionais do navio ou da carga;
 - o tempo perdido, a pedido do navio, para abertura ou fecho de porões, operações de lastro ou deslastro ou outras que sejam justificáveis;
 - os dias 1 de Janeiro e 25 de Dezembro, excepto se utilizados, caso em que contará o tempo efectivamente utilizado;
 - os casos de força maior.
- 4- Se o tempo utilizado na descarga ultrapassar o estabelecido em função dos ritmos médios diários referidos no Artigo 14º e no numero 1 do Artigo 28º do presente Regulamento e/ou nos protocolos a celebrar com os utentes do Terminal, e a responsabilidade for imputável à Concessionária, ficará esta sujeita a aplicação das multas previstas no Contrato de Concessão, além de ser responsável pelos prejuízos causados à Administração do Porto de Sines, utentes e terceiros, que serão avaliados caso a caso.
- 5- Quando os rendimentos referidos não estejam a ser cumpridos par faltas imputadas ao navio, e houver outros em fila de espera, poderá a Administração do Porto de Sines a pedido do Concessionário, mandar proceder à sua desatracação. Os encargos, se os houver, serão debitados ao navio.
- 6- A Concessionária poderá celebrar, nas condições expressas no Contrato de Concessão, protocolos com os utentes do Terminal, estabelecendo as condições de compensação mutua, por excesso ou redução dos tempos de estadia dos navios no Porto.
- Estes protocolos não isentam a Concessionária das responsabilidades que lhe cabem nos termos e nas condições previstas no Contrato de Concessão.
- 7 - Quanto aos rendimentos a obter noutros tráfegos, serão os mesmos objecto de protocolos com os utentes com prévia aprovação da Administração do Porto de Sines.

ARTIGO 29º (Tarifas)

- 1- As tarifas respeitantes à execução dos serviços designados no Artigo 4º deste Regulamento, bem como as suas revisões, carecem de aprovação da Administração do Porto de Sines.
- 2- O tarifário referido no numero anterior, constara como anexo ao presente Regulamento de Exploração.
- 3- A Concessionária não poderá cobrar quaisquer taxas que não constem do tarifário em vigor nem aplicá-las de forma diferente da que dele constar.

CAPITULO IV **SEGURANÇA**

ARTIGO 30º (Acesso de pessoas)

O acesso ao terminal e reservado a pessoas devidamente credenciadas pela concessionária e aquelas que em serviço, devidamente credenciadas, pertençam aos seguintes Organismos:

- Administração do Porto de Sines;

- Autoridades com actividades no Porto, nomeadamente, Capitania, Polícia Marítima e Guarda Fiscal.
- Organismos Oficiais com actividade no Porto, designadamente, Pilotos, Alfândega e Sanidade Marítima.

ARTIGO 31º

(Acesso de viaturas)

- 1- O acesso ao Terminal é reservado a viaturas das entidades referidas no artigo 30º deste Regulamento, quando em serviço e a outras devidamente autorizadas pela Concessionária, sendo o acesso de viaturas de passageiros limitado e unicamente permitido quando justificado.
- 2- O acesso a veículos de carga ao serviço dos carregadores, importadores, exportadores ou seus representantes, será autorizado pela Concessionária desde que apresentada documentação comprovativa.
- 3- O trânsito é apenas permitido nas faixas de circulação rodoviária e o estacionamento far-se-á unicamente nos locais assinalados para o efeito.
- 4- É expressamente proibido o estacionamento ou permanência junto dos locais onde se realizem operações de movimentação de mercadorias, a não ser para o período estritamente necessário para operações de carga ou descarga de mercadorias transportadas, de materiais de consumo para bordo, e ainda para veículos da Concessionária, da Administração do Porto de Sines, da Capitania ou Polícia Marítima.
- 5- O equipamento de movimentação ao serviço da Concessionária terá sempre direito de prioridade sobre os restantes veículos.
- 6- Os proprietários dos veículos a quem for concedida autorização de acesso ao Terminal, serão responsáveis por eventuais danos ou avarias causados a pessoas, infra-estruturas, instalações ou equipamentos.
- 7- A velocidade máxima de circulação deverá obedecer aos limites fixados.
- 8- No trânsito de veículos deverão ser respeitadas as normas de segurança que forem estabelecidas.

ARTIGO 32º

(Proibições e recomendações)

- 1- É expressamente proibido pescar ou nadar na zona portuária.
- 2- É obrigatório o uso de capacete de protecção nas zonas de operação (Hard Hat Areas).

ARTIGO 33º

(Pessoal de vigilância)

Dentro da área concessionada, a vigilância e fiscalização competirá ao pessoal de vigilância da Concessionária, devidamente identificado, salvaguardando-se as atribuições conferidas às autoridades policiais e de fiscalização aduaneira.

CAPITULO V DISPOSIÇÕES DIVERSAS

ARTIGO 34º

(Generalidades)

- 1- O Terminal Multipurpose do Porto de Sines é constituído por um molhe de protecção (molhe Este) desenvolvido na direcção SE-NW dando protecção à bacia interior contra ondulações do quadrante W-SW.
- 2- O cais de acostagem, do tipo corrido (muro-cais), constituído por caixotões pré-fabricados em betão, tem 345 metros de comprimento permitindo a acostagem de navios de graneis secos, até 160 000 dwt.

Os fundos são em rocha natural não sujeitos a assoreamento, atingindo os -18 metros (ZH) na bacia de acostagem.
- 3- O equipamento de descarga é constituído por dois pórticos com uma capacidade-nominal de 2 000 ton./hora, manuseando carvão.
- 4- Para a descarga de graneis secos só serão admitidos navios “Openself-trimming bulk-carriers gearless” com abertura de porões por sistema mecânico.

A recepção de navios diferentes do tipo indicado carece de acordo prévio da Concessionária.

ARTIGO 35º

(Comunicações)

Nas comunicações navio-terra-navio com a Administração do Porto de Sines, a Sociedade Concessionária e o Departamento de Pilotagem, deverão ser utilizadas radio-frequências que estiverem oficialmente atribuídas às referidas entidades.

ARTIGO 36º

(Poluição)

- 1- Os navios atracados estão sujeitos às leis internacionais e locais respeitantes à poluição das águas e do ar.
- 2- São expressamente proibidas as descargas pela borda fora contendo águas sujas, lastro sujo e/ou contaminado por óleos, lixos, etc.
- 3- Os lixos diários do navio poderão ser recebidos em contentores apropriados fornecidos pela Concessionária, sempre que este serviço lhe for solicitado.
- 4- A Concessionária providenciará no sentido de evitar poluição de qualquer natureza na zona terrestre do Terminal, sendo responsável por todas as infracções verificadas.

ARTIGO 37º

(Alterações ao Regulamento)

Este Regulamento poderá, após a entrada em exploração do Terminal, ter as adaptações e ajustamentos que forem julgados mais convenientes em conformidade com o articulado no Contrato de Concessão.

ARTIGO 38º

(Resolução de dúvidas)

- 1- As duvidas de interpretação e aplicação deste Regulamento e os casos omissos, serão resolvidos conjuntamente pelo Concessionário e pela Administração do Porto de Sines.
- 2- Na falta de acordo entre as duas partes, e sempre que isso seja juridicamente possível, recorrer-se-á à Comissão Arbitral prevista na Base XXXV anexa ao decreto-lei nº 422/88, de 14 de Novembro.